



# III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

## BREVE ENSAIO SOBRE TEORIAS POSITIVAS E NORMATIVAS NA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO SOB À LUZ DA ABORDAGEM QUALITATIVA

Fátima Regina Ney Matos  
Diego de Queiroz Machado<sup>1</sup>  
Milka Alves Correia Barbosa<sup>2</sup>

### RESUMO

A ciência organizacional é uma ciência social, porque organizações são sempre formadas por pessoas e, assim sendo, procurar-se-á discutir a construção do conhecimento científico em relação a fenômenos sociais. Na ciência da administração há uma perturbadora proximidade com o senso comum, o que torna discutível o seu papel como ciência, principalmente em se tratando da abordagem qualitativa. Diante deste contexto, o objetivo deste ensaio é apresentar uma breve discussão sobre o papel das teorias na ciência da administração sob a luz da abordagem qualitativa. Inicialmente aborda-se o contexto da epistemologia da ciência, seu surgimento na Grécia e seu acelerado desenvolvimento na Renascença. Procura-se contextualizar o período e alguns motivos que levaram a ciência da administração a adotar uma posição rígida e acorrentada a abordagem quantitativa. A seguir, apresenta-se o senso comum e a ciência da administração, bem como papel da indução na construção do conhecimento administrativo. Prototeorias, teorias positivas e teorias normativas dão continuidade ao texto. A ciência administrativa está inserida no campo das ciências sociais e, neste tipo de ciência, deve-se evitar produtos acabados e teorias definitivas. Socialmente construída, a realidade é mutável, flexível e indeterminada, permeada por uma crescente complexidade por detrás de fenômenos que parecem simples e, assim sendo, nenhuma análise é definitiva, pois o real contém uma infinidade de “essências” que é preciso clarificar e os esquemas de inteligibilidade possíveis estão em constante transformação, bem como a construção de teorias.

**Palavras-chave:** Senso Comum. Abordagem Qualitativa. Epistemologia da Ciência. Teorias.

### Introdução

[...] poderei doravante apoiar-me nos cacos de objetivação de mim mesmo que fui deixando pelo caminho, ao longo de minha pesquisa (BOURDIEU, 2005, p. 39).

Bachelard (1996), no discurso preliminar da obra *A formação do espírito científico*, apresenta talvez a mais poética e bela definição de ciência: “a ciência é a estética da inteligência” (p. 13).

Estética no sentido “da tradução da palavra grega *aesthesis*, que significa conhecimento sensorial, experiência, sensibilidade (CHAUI, 1999, p. 321). Na ciência a

---

<sup>1</sup>[diegoqueirozm@yahoo.com.br](mailto:diegoqueirozm@yahoo.com.br)

<sup>2</sup>[correiamilka@hotmail.com](mailto:correiamilka@hotmail.com)

inteligência reflete o quanto pode ser bela e o quanto pode transformar a vida do ser humano.

Mas parte da ciência social, lida também com uma abordagem de pesquisa qualitativa sendo considerada *soft science* e seu pesquisador apenas como jornalista, crítico social artista, confeccionador de colchas, ensaísta, ou seja, um *bricoleur* (DENZIN, LINCOLN, 2006). De acordo com Lévi-Strauss (1966, p. 17) “*bricoleur* é um pau-para-toda-obra ou um profissional do faça você mesmo”. Como *bricoleur*, “o pesquisador qualitativo utiliza as ferramentas estéticas e materiais do seu ofício, empregando efetivamente quaisquer estratégias, métodos ou materiais empíricos que estejam ao seu alcance” (BECKER, 1998, p. 2).

De maneira didática e esclarecedora, Strauss e Corbin (2008, p. 23) definem pesquisa qualitativa como “qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação”.

Campo ainda em construção, a abordagem qualitativa na ciência social caracteriza-se paradoxalmente pelo vigor das pesquisas, bem como por fortes críticas, como apontadas por Bruyne, Herman e Schoutheete (1977, p. 25) quando consideram “que seu domínio é refratário a todo método científico e não poderia ser erigido em ciência”.

Uma das grandes dificuldades em considerar o grande grupo das ciências humanas, do qual fazem parte tanto as ciências sociais como as da gestão, é evidenciada por Foucault (1969, p. 378): “As ‘ciências humanas’ são falsas ciências, não são absolutamente ciências [...] elas requerem e acolhem a transferência de modelos tomados de empréstimo às ciências”.

Assim sendo, é sempre muito difícil argumentar sobre a(s) teoria(s) das organizações, considerando que organizações são fenômenos tão antigos quanto à humanidade, embora o seu discurso como “ciência normal” seja recente, tendo apenas completado o seu primeiro centenário se considerarmos como marco a publicação de Princípios de Administração Científica, de F.W. Taylor, em 1911.

Fazendo uso da expressão de Kuhn (2005), uma “ciência normal” pode ser entendida como a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Uma ciência deve ser construída sobre alicerces metodológicos e uma centena de anos não parecem suficientes para criar um “chão firme” onde e possa andar com segurança.

A ciência organizacional é uma ciência social, porque organizações são sempre formadas por pessoas e, assim sendo, procurar-se-á discutir a construção do conhecimento científico em relação a fenômenos sociais. Nesse sentido, existem dois caminhos principais que são cortados por diversas trilhas. Um dos caminhos tem sua nascente nas ciências da natureza e prioriza a “objetivação” do social, o que pode levar a um empobrecimento do objeto que se deseja conhecer. O outro nasce de uma abordagem “compreensiva” que pretende analisar o “objeto” em seu núcleo mais específico, mas corre o risco de perder a ligação com a ideia de ciência (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977).

De acordo com Morin (1962, p. 33), “há palavras que se tornam demasiado pesadas, que acabam por se fazer esmagadas pelos seus conteúdos e que, à força de tudo terem explicado, exigem uma explicação”. A afirmação ganha consistência a partir da constatação de Homans (1999) de que, em ciências sociais, nenhuma palavra é mais usada do que “teoria”.

Palavra originária do grego – *theoria* – significa “ação de contemplar, examinar, estudo, deputação solene que as cidades gregas mandavam às festas dos deuses [...]” (FERREIRA, 1999, p. 1944) e está intimamente relacionada à palavra “ciência”.

Diante deste contexto, o objetivo deste ensaio é apresentar uma breve discussão sobre o papel das teorias na ciência da administração sob a luz da abordagem qualitativa.

## Sobre a Epistemologia da Ciência

Apesar de ter nascido na Grécia antiga, que nos legou uma base objetiva para o conhecimento humano (SOLIS, 1990), a ciência como hoje é conhecida eclodiu apenas no período renascentista.

A ciência moderna só pôde emergir na efervescência cultural da Renascença, na efervescência econômica, política e cultural do Ocidente europeu dos séculos XVI e XVII. Desde então, ela associou-se progressivamente à técnica, tornando-se tecnociência, e progressivamente se introduziu no coração das universidades, das sociedades, das empresas, dos Estados, transformando-os e se deixando transformar, por sua vez, pelo que ela transformava (MORIN, 2000, p. 9).

Solis (1990) indica que a ciência moderna nasceu com Galileu e fundamentou-se nos princípios metodológicos por ele propostos: observação dos fenômenos tais como eles ocorrem, experimentação e regularidade matemática. A partir de então, ocorreu “a dissolução de um mundo de estrutura finita, hierarquicamente ordenado, [...] e desapareceram da perspectiva científica todas as considerações fundadas sobre o valor, a perfeição, a harmonia, a significação e a finalidade” (SIMON, 1990, p. 127).

O modelo aristotélico de produção de conhecimento, fundamentado na ideia de contemplação especulativa, sofreu forte ruptura e foi substituído pelo modelo de uma ciência ativa, promotora da observação sistemática e da experimentação, desenvolvendo-se o método experimental ou empírico de investigação. De acordo com Marcondes (1997, p. 150), “a ciência moderna surge quando a observação, a experimentação e a verificação de hipóteses tornam-se critérios decisivos, suplantando o argumento metafísico”.

A partir de então, a ciência passou a utilizar uma nova linguagem, desvendada por Galileu (1978, p. 119):

A filosofia encontra-se escrita nesse grande livro que continuamente se abre perante os nossos olhos (isto é, o universo), que não se pode compreender antes de entender a língua e conhecer os caracteres com os quais está escrito. Ele está escrito em língua matemática, os caracteres são triângulos, circunferências e outras figuras geométricas, sem cujos meios é impossível entender humanamente as palavras; sem eles nós vagamos perdidos dentro de um obscuro labirinto.

Diante do exposto, o conhecimento científico desenvolveu uma vocação analítica, sendo seu método mais característico a análise. Descartes (1979, p.37) propôs que se deve “dividir cada uma das dificuldades em tantas parcelas quantas possíveis e quantas necessárias forem para melhor resolvê-las”.

Apesar de ter trazido incontáveis benefícios para engrandecer o acervo de conhecimento da humanidade, o método analítico limita a aquisição do conhecimento

científico nas ciências humanas e sociais, tendo em vista que a realidade social não pode ser ‘quebrada’ em partes e, ao impor limites, pode-se perder a sinergia. Vico (1979) apontou com clareza e elegância esta dificuldade:

Existem certezas humanas fundamentais que não podem ser logicamente demonstradas e tampouco evidentes. Produtos humanos fundamentais como a retórica, a poesia, a história e a própria prudência que regula a vida prática, não se baseiam em verdades do tipo matemático, mas apenas sobre o verossímil (VICO, 1979, p. 43).

Pessoas e relacionamentos interpessoais são singulares, não podem ser lidos e muito menos compreendidos a partir de triângulos, retângulos, circunferências, por mais metafórica que a linguagem humana possa se tornar em busca de inteligibilidade e, assim sendo, as ciências ditas humanas e sociais não se desenvolveram, ou melhor, vagaram “perdidas dentro de um obscuro labirinto” (COMTE, 1978, p. 65). A comunidade científica “deixou essencialmente fora do movimento científico propriamente dito teorias morais e sociais, largadas então a um isolamento irracional, sob a estéril dominação do espírito teológico-metafísico” (COMTE, 1978, p. 65).

Com o intuito de inserir na comunidade científica as ciências sociais, por meio do emprego do mesmo método para qualquer campo científico, Comte (1978) ainda assim as colocava em último lugar em sua proposta de uma taxonomia:

A filosofia positiva se encontra, pois, naturalmente dividida em cinco ciências fundamentais, cuja sucessão é determinada pela subordinação necessária e invariável, fundada independentemente de toda opinião hipotética, na simples comparação aprofundada dos fenômenos correspondentes: a astronomia, a física, a química, a fisiologia e, enfim, a física social (COMTE, 1978, p. 33).

Possivelmente para justificar tão incômoda colocação da ‘física social’, Durkheim (2002, p. 11) apontou que “quase não estamos habituados a tratar cientificamente os fatos sociais”. Propôs, então, regras para um novo método:

Se há uma ciência das sociedades, é de se esperar que ela não consista simplesmente numa paráfrase dos preconceitos tradicionais, mas nos apresente as coisas de um modo diferente do que aparentam ao vulgo, pois o objeto de qualquer ciência é descobrir, e qualquer descobrimento desconcerta mais ou menos as opiniões estabelecidas. Desta forma, a menos que, em sociologia, se conceda ao senso comum uma autoridade que já há muito não tem nas outras ciências – não vemos de onde lhe poderia vir – o cientista deve tomar a decisão de não se intimidar pelos resultados a que levam as suas investigações, se foram metodicamente conduzidas (DURKHEIM, 2002, p. 11).

A partir de então foi criada a sociologia e as ciências sociais alcançaram o *status* de ciência. O conhecimento da realidade social passou a ter um caráter científico, à custa provavelmente de um empobrecimento do próprio objeto de estudo (BRUYNE *et al.*, 1977), pois o método positivista, com sua ênfase na quantificação, passou a dominar esse campo disciplinar.

De acordo com Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2001), os pilares do positivismo ou filosofia positiva somente começaram a ser duramente atingidos a partir dos questionamentos de Feyerabend (1977) e Kuhn (2005).

Sem caos, não há conhecimento. Sem frequente renúncia à razão, não há progresso. Ideias que hoje constituem a base da ciência só existem porque houve coisas como o preconceito, a vaidade, a paixão; porque

essas coisas se opõem à razão; e porque foi permitido que tivessem trânsito. Temos, portanto, de concluir que, mesmo no campo da ciência, não se deve e não se pode permitir que a razão seja exclusiva, devendo ela, frequentes vezes, ser posta de parte ou eliminada em prol de entidades. Não há uma só regra que seja válida em todas as circunstâncias, nem uma só instância a que se possa apelar em todas as situações (FEYERABEND, 1977, p. 279).

Tanto ou mais radical ainda, foi a proposta de Thomas S. Kuhn no ensaio *A estrutura das revoluções científicas*, escrito após “um envolvimento afortunado com um curso experimental da universidade, que apresentava a ciência física para os não-cientistas” (KUHN, 2005, p. 9). A *Estrutura* teve tão grande impacto na comunidade científica que se tornou um paradigma dominante, pronto para ser imitado, ampliado, desdenhado, derrubado (GEERTZ, 2001).

É significativo observar que a expressão “não-cientistas” possivelmente se refere aos não-físicos, ou seja, aos cientistas sociais, pois Kuhn (2005, p. 12-13) ficou “especialmente impressionado com o número e a extensão dos desacordos expressos existentes entre os cientistas sociais no que diz respeito à natureza dos métodos e problemas científicos legítimos”.

Após Feyerabend (1977) e Kuhn (2005), características específicas da ciência como objetividade, quantificação, generalização, homogeneidade, começaram a perder espaço no campo social, embora ainda persista a necessidade de um pólo teórico que valide a pesquisa. A “ciência normal” não pode prescindir de um arcabouço metodológico e teórico por meio do qual os problemas são resolvidos consensualmente, embora não se proponha a “descobrir novidades no terreno dos fatos ou da teoria; quando é bem sucedida, não as encontra” (KUHN, 2005, p. 77). As descobertas científicas entrelaçam-se com as novidades fatuais e teóricas e, quando estas se incorporam à ciência, modificam radicalmente o empreendimento científico, surge um novo paradigma, uma nova comunidade científica, um novo arcabouço teórico.

Com base nestas contestações, espera-se que surja uma nova racionalidade, “uma racionalidade na qual a verdade científica não é o certo ou o determinado, e o indeterminismo ou o incerto não é a ignorância. *Porque há liberdade* na natureza que descrevemos, a qual permite por sua vez a liberdade interior que experimentamos” (PRIGOGINE, 2002, p. 73 – itálico como no original).

## **Senso Comum, Indução e Ciência da Administração**

A ciência, na sociedade ocidental, é a forma hegemônica de construção do conhecimento, porém Minayo (2007) contesta esta hegemonia, tendo em vista que o homem sempre procurou explicações para os fenômenos relacionados com a vida e a morte, com a posição dos indivíduos na organização social bem como com os mecanismos de poder, de controle e de reprodução, no que corrobora Foucault (1971, p. 67), que discute o saber em sua arqueologia e identifica que “lá no fundo, em seu subterrâneo, onde se apresenta sem máscaras, mostra sua mais verdadeira face, que é a subserviência ao poder”.

Complementado o acima exposto, Santos (2000) considera que o tempo atual está marcado tanto por um excesso quanto por um déficit de ciência. Como excesso, a ciência



levou a uma exploração maciça dos recursos naturais, inclusive deixando o planeta na iminência da destruição e, como déficit, vem recriando riscos em grande escala.

De acordo com Santos (1989, p. 31), “o ‘senso comum’, o ‘conhecimento vulgar’, a ‘sociologia espontânea’, a ‘experiência imediata, tudo isto são opiniões, formas de conhecimento falso com que é preciso romper para que se torne possível o conhecimento científico, racional e válido” (aspas como no original). Neste sentido, o autor propõe que se faça uma primeira ruptura com o senso comum.

A falta de cientificidade não torna o senso comum e nem o conhecimento vulgar e seus congêneres, em conhecimento falso. O que não é científico, necessariamente não é falso. Porém, a necessidade desta primeira ruptura é identificada nas ciências sociais desde o final do século XIX:

se há uma ciência das sociedades, é de esperar que ela não consista simplesmente numa paráfrase dos preconceitos tradicionais, mas nos apresente as coisas de um modo diferente do que aparentam ao vulgo, pois o objeto de qualquer ciência é descobrir, e qualquer descobrimento desconcerta mais ou menos as opiniões estabelecidas (DURKHEIM, 2002, p. 11).

Santos (1989) aponta a necessidade de uma segunda ruptura epistemológica, propondo uma superação do etnocentrismo científico. O senso comum deve ser observado como uma variável, controlando os aspectos que podem adulterar e/ou intervir nos resultados, aproveitando seus aspectos e ensinamentos, pois o senso comum é o conhecimento por meio do qual as pessoas vivem cotidianamente.

De acordo com Bachelard (1996), três obstáculos devem ser superados para se fazer ciência. O primeiro é a ruptura com o senso comum, com a opinião; o segundo refere-se à arrogância do saber e o terceiro é o obstáculo animista das ciências físicas.

Por resistência à mudança, tende-se a manter os conhecimentos habituais, os quais o espírito científico procura questionar. E questionar metodologicamente, com ferramentas que permitam responder as perguntas formuladas, seja de modo positivo ou negativo.

Próxima do senso comum, a indução como processo de conhecimento, parece superá-lo. O senso comum, após o processo de observação, satisfaz-se em tirar conclusões práticas. A indução procura satisfazer outras condições além da simples observação, ou seja, observa um grande número de proposições, procura repetí-las sob condições variadas e evita conflitos com leis universais.

Apesar de Popper (1978) questionar a validade da indução como processo de construção do conhecimento, a abordagem qualitativa segue a tradição compreensiva ou interpretativa e, assim sendo, apresenta três características essenciais: visão holística, abordagem indutiva e investigação naturalística (PATTON, 2002). A indução ou método indutivo, de acordo com Gewandszajder (1989, p. 42), é “um processo pelo qual – a partir de certo número de observações recolhidas de um conjunto de objetos, fatos ou acontecimentos concluímos aplicável a um conjunto mais amplo ou a casos dos quais não tivemos experiências”.

Chalmers (1993, p. 24) aponta que, “de acordo com o indutivista ingênuo, a ciência começa com a observação”. Pode-se então questionar: uma hipótese, passo inicial da ciência moderna, é elaborada a partir de que, a não ser da observação? A dúvida nasce de onde, a não ser da observação? Se as teorias precedem as observações dos indutivistas, de onde vem as teorias? Chalmers (1993, p. 60) responde aos questionamentos afirmando que

as teorias podem ser, e geralmente são, concebidas antes de serem feitas as observações necessárias para testá-las” e, neste sentido, a ciência não começa com a observação.

A área de gestão organizacional, até a década de 1960, caracterizava-se por um acordo tácito de métodos, metodologias, perspectivas de análise e base epistemológica evidenciadas apenas pelo funcionalismo parsoniano (BURRELL; MORGAN, 1979), com sua ênfase na estabilidade e manutenção do sistema social, em detrimento da transformação e mudança. Neste cenário, afastava-se do senso comum e buscava tornar-se *hard science*, procurando observar as leis das ciências exatas.

Chalmers (1993, p. 23) afirma que o

conhecimento científico é conhecimento provado. As teorias científicas são derivadas de maneira rigorosa da obtenção dos dados da experiência adquiridos por observação e experimento. A ciência é baseada no que podemos ver, ouvir, tocar etc. Opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência. A ciência é objetiva. O conhecimento científico é conhecimento confiável porque é conhecimento provado objetivamente.

Porém, a ciência social dividiu-se em duas grandes disciplinas, considerando-se a distinção epistemológica proposta por Windelband apud Nagel (1976, p. 25-26) entre disciplinas idiográficas – ou que visam ao único, ao não-repetido – e disciplinas nomotéticas – ou que visam ao estabelecimento de leis abstratas de eventos e processos repetíveis.

Bruyne *et al.* (1977) apontam que o conjunto da “tradição teórica” das ciências idiográficas tem ligações estreitas com o campo doxológico e que a prática científica somente pode ter início após a ruptura com a linguagem comum. Assim sendo, uma das grandes dificuldades de pesquisas na área das ciências idiográficas é o “obstáculo epistemológico”, tendo em vista que são pesquisas que envolvem muito do “senso comum” e o abandono dos conhecimentos do senso comum é um sacrifício (BACHELARD, 1996). Em qualquer tipo de pesquisa, é fundamental superar esse obstáculo pela “vigilância epistemológica” que, de acordo com Bachelard (1996), consiste em identificar opiniões previamente construídas, combater o instinto conservativo e o narcisismo intelectual e procurar sempre manter o esforço de racionalidade.

## **Prototeorias, Teorias Positivas e Teorias Normativas**

Morgan e Smircich (1980) consideram que os debates sobre os métodos de pesquisa em ciência social são diretamente relacionados com as suposições sobre ontologia, epistemologia, natureza humana e metodologia e que há uma dicotomia supersimplificada entre as abordagens qualitativas e quantitativas. Assim sendo, considera-se pertinente apresentar uma breve revisão sobre estas abordagens, tendo em vista que estão intimamente relacionadas com os paradigmas, metáforas e teorias organizacionais.

Burrell e Morgan (1979) propõem quatro conjuntos de pressupostos relativos a ontologia, a epistemologia a natureza humana e a metodologia, considerando que todas as teorias das organizações são baseadas em uma filosofia da ciência e em uma teoria social.

Segundo os autores, os pressupostos ontológicos referem-se à essência do fenômeno sob investigação e questionam se a realidade a ser investigada é externa ao

indivíduo ou é produzida por sua consciência. Os pressupostos de natureza epistemológica dizem respeito às bases do conhecimento, procurando indicar se o conhecimento é objetivo, real e possível de ser transmitido de maneira tangível ou se é subjetivo e pessoal. Os pressupostos sobre a natureza humana referem-se à relação entre as pessoas e o ambiente. Os pressupostos metodológicos são diretamente influenciados pelos conjuntos anteriores, ou seja, ontologias, epistemologias e modelos de natureza humana indicam ao pesquisador a escolha metodológica adequada. Poderíamos acrescentar que a abordagem subjetiva aproxima-se perigosamente dos métodos qualitativos, enquanto que a abordagem objetiva irmana-se com os métodos quantitativos.

Burrell e Morgan (1979) identificam a abordagem objetiva com o positivismo sociológico, sua ontologia adota uma visão realista, sua epistemologia é positivista, apresenta uma visão determinista da natureza humana e enquadra-se nas ciências nomotéticas. A abordagem subjetiva assemelha-se com o idealismo, sua visão ontológica é nominalista e baseia-se na premissa de que a realidade reside no mundo do espírito ou das ideias, enfatiza a natureza subjetiva do homem, sua epistemologia é antipositivista, apresenta uma visão voluntarista da natureza humana e enquadra-se nas ciências idiográficas.

Alinhada com as ciências idiográficas, está a abordagem da pesquisa qualitativa na ciência da administração. Mesmo ainda pouco reconhecida no campo organizacional (MORGAN; SMIRCICH, 1980, MERRIAM, 1998, DENZIN; LINCOLN, 2000, PATTON, 2002), é por meio da pesquisa qualitativa que se pode compreender pormenores descritivos relativos a pessoas, locais e conversas, quando se procura investigar fenômenos em contextos naturais e se privilegia a compreensão de comportamentos a partir da perspectiva de sujeitos (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

A importância de se teorizar à respeito das organizações consiste na predominância das mesmas na sociedade atual. A sociedade atual é uma sociedade de organizações e atribui um grande valor ao racionalismo, a eficiência e a competência (ETZIONI, 1980). Cada época tem uma característica própria que lhe confere um estilo peculiar e nossa época caracteriza-se pelo fenômeno organizacional (PASDERMADJIAN, 1960). Na fase de industrialização atual, a organização é uma forma predominante e pode ser entendida como “uma integração racionalizada e impessoal de grande número de especialistas que cooperam para atingir algum objetivo específico” (THOMPSON, 1967, p. 11).

Como marco representativo de uma época, a organização requer a elaboração de teorias e de estudos que possibilitem um aperfeiçoamento de seus processos e de suas competências, o que exige inicialmente uma síntese de suas principais conceituações. É fundamental o estabelecimento de definições e do papel organizacional, para que fique claro “o critério específico e diferenciador entre organização e outras espécies de agrupamentos ou instituições” (BLAU; SCOTT, 1970, p. 14). Possivelmente a falta de definições objetivas e operacionais favoreça a posição da teorização organizacional como um campo historicamente contestado (REED, 1999).

O produto da ciência são as teorias que procuram explicar e prever (BOAL et al. 2003). Uma teoria simples tem como ingredientes essenciais a descrição e a explicação (WHETTEN, 2003). Considerando que a teoria é tanto o ponto final como o ponto de partida (BLAU; SCOTT, 1970), é possível que o campo seja contestado porque na teorização organizacional está havendo uma confusão no objeto de estudo. É provável que se esteja confundindo organização com pessoas, situação já observada por Perrow (1981, p. 23): “Por que estamos tão determinados a igualar organização e pessoas?” Parece estar



havendo uma antropomorfização da organização e uma reificação das pessoas, o que torna o objeto de estudo nebuloso, sujeito a metáforas que podem se tornar perigosas, pois “[...] metáforas (que) ameaçam situar a coerência de seu discurso em uma natureza diferente daquele em que ele pretende inscrever suas formulações” (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 1999, p. 34) são inadequadas.

Neste sentido, é necessário que se observe o ensinamento de Guerreiro Ramos (1989, p. 69) quanto ao risco da “colocação inapropriada de conceitos relacionados à teoria da organização, que acabará mutilada, se continuar se permitindo à prática de tomar emprestadas de outras disciplinas, incompetentemente, teorias, modelos e conceitos estranhos as suas tarefas específicas”.

A ciência necessita de teoria, pois teorias unem a comunidade de cientistas. A função da teoria é ser o instrumento mais poderoso da ruptura epistemológica frente as noções preconcebidas do senso comum, devido “ao estabelecimento de um corpo de enunciados sistemático e autônomo, de uma linguagem com suas regras e sua dinâmica próprias que lhe dão fecundidade” (BRUYNE et al., 1977, p. 102).

Segundo Lalande (1999, p. 1127-8), teoria é uma construção especulativa do espírito, que liga consequências a princípios, seja por oposição à prática, na ordem dos fatos ou na ordem normativa; por oposição ao conhecimento vulgar; por oposição ao conhecimento certo.

Uma teoria é formada pela união em um mesmo *corpus* de uma grande quantidade de fatos, considerada verossímil (paradigma) pela maior parte dos cientistas de uma época (comunidade científica). Palavra amplamente utilizada, só recentemente começou-se a perceber que a conceituação não é inteiramente adequada ao objeto de estudo das ciências sociais, gerando significativa confusão, embora seja importante apontar que “sem uma pressão constante para a construção de teorias, o campo certamente escorregaria para seu lugar natural de repouso na terra árida do empirismo” (SUTTON; STAW, 2003, p.81).

No campo das ciências sociais, não pode e nem deve existir um consenso entre os pesquisadores da área, pois o conhecimento é socialmente construído, o que não implica na perda do caráter científico, que seus métodos não devam ser empíricos e nem que procure ser “livre de valores” (BERGER; LUCKMANN, 1985). É importante esclarecer que a posição de não construir uma base essencialmente positiva para prototeorias não reflete qualquer “anarquismo metodológico” e nem o abandono de séculos de prática científica (HAGUETTE, 2001). Uma pesquisa é sempre tateante, os critérios são elaborados no seu andamento de maneira cada vez mais precisa e que não cessam de ser aperfeiçoados, confrontando de modo crítico os métodos utilizados e os resultados, o que também permite supor que não seja necessária a construção de uma base positiva que anteceda aos estudos.

Como um animal social, o homem vive em um ambiente permeado pelo senso comum, sendo praticamente impossível se aplicar o que a ciência moderna sugere: isolar o senso comum, colocando-o em um recipiente hermeticamente fechado. Propondo uma superação do etnocentrismo científico, Santos (1989) sugere uma reabilitação do que chama *lumpendiscursos*, pois a “tarefa de geometrização que muitas vezes pareceu realizada - seja após o sucesso do cartesianismo, seja após o sucesso da mecânica newtoniana, seja com a óptica de Fresnel - acaba sempre por revelar-se insuficiente” (BACHELARD, 1996, p. 7).

É provável que *lumpendiscursos* estejam relacionados as prototeorias. O prefixo *proto* é utilizado para formar expressões onde esteja incluída a ideia de *primeiro*

(LALANDE, 1999), o que indica que uma prototeoria é um estágio inicial de desenvolvimento de uma teoria. Batista (2004, p. 462) define prototeoria “como a que nasce de modelos heurísticos que têm primeiro uma instância fenomenológica e depois uma instância tipo-essência, e que deve amadurecer para se tornar uma teoria”.

Terminologia tomada de empréstimo das ciências contábeis e da economia (teoria da escolha racional), uma teoria normativa é prescritiva, ou seja, diz “como as coisas devem ser” e uma teoria positiva é descritiva, isto é, diz “como as coisas são” (STARKE JR; FREITAG, CROZATTI, 2006). Teorias normativas são dedutivas, enquanto teorias positivas são indutivas (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Com já visto anteriormente, a indução é “o processo pelo qual – a partir de um certo número de observações, recolhidas de um conjunto de objetos, fatos ou acontecimentos – concluímos algo aplicável a um conjunto mais amplo ou a casos dos quais não tivemos experiência” (GEWANDSZNAJDER, 1989, p. 42), enquanto a dedução está relacionada a determinados traços fundamentais das teorias científicas (BRUYNE et al., 1977).

O desenvolvimento de uma teoria positiva não deve preceder o desenvolvimento de uma teoria normativa, pois torna-se difícil imaginar que o que “é” se transforme no que “deve ser”. A ciência já não se comporta de modo tão estático e ordenado, de maneira que a descrição deva preceder a normatização e se supõe que não exista um *continuum* da prototeoria a teoria normativa, passando pela teoria positiva.

Não deve existir uma rigidez hierárquica em se tratando da construção de teorias, até porque, de acordo com Knorr-Cetina apud Hochman (1994), o produto da ciência não pode ser entendido como algo separado das práticas que o constituíram. A produção científica pode ser ajustada ao ambiente, sendo contextual e contingencial.

## Reflexões Finais

Na atualidade, não só as ciências sociais e humanas caracterizam-se pela complexidade. As leis e princípios das ciências naturais vêm sendo confrontados pela incerteza, desordem, complicação, pluralidade.

O desenvolvimento da ciência está relacionado mais à desobediência das regras do que à sua obediência. É possível que sempre haja na ciência circunstâncias em que seja oportuno ignorar uma regra ou até mesmo adotar a regra oposta (FEYERABEND, 1977) e é sabido que o progresso da ciência ocorre quando surge uma anomalia que quebra os paradigmas dominantes (KUHN, 2005).

A ciência administrativa está inserida no campo das ciências sociais e, “construir ciências sociais não é pretender produtos acabados, verdades definitivas, mas cultivar um processo de criatividade marcado pelo diálogo consciente com a realidade social” (DEMO, 1995, p. 14), ou seja, não é necessária a construção de uma base teórica positiva que alicerce a criação de uma teoria normativa.

Socialmente construída, a realidade é mutável, flexível e indeterminada, permeada por uma crescente complexidade por detrás de fenômenos que parecem simples e, assim sendo, nenhuma análise é definitiva, pois o real contém uma infinidade de “essências” que é preciso clarificar e os esquemas de inteligibilidade possíveis estão em constante transformação (BRUYNE et al., 1977). Nesse sentido, não é possível e nem desejável dizer “como as coisas devem ser” e nem como “como as coisas são”.

A proposta de Glaser e Strauss (1975) respalda essa posição, pois os autores questionam a exigência de uma teoria, ou problema teórico que anteceda a abordagem do real, argumentando que isso reprime a criatividade e a descoberta de novas teorias. Dentro dessa perspectiva, a teorização deve vir somente após a observação.

É possível, então, que o campo da teorização organizacional ainda se encontre em um período pré-paradigmático (KUHN, 2005). Ainda em fase de debates, mais frequentes que profundos, analisando métodos, problemas e padrões de soluções, procurando definir escolas... Ainda distante de atingir o *status* de ciência 'normal'.

Aristóteles aconselha (2001, p. 44) que “em todas as coisas a observância do meio termo é louvável, e os extremos não são nem louváveis, nem corretos, mas reprováveis”. Assim, é prudente evitar os extremos na construção de teorias para a ciência da administração.

Latour (2000) faz uma analogia da ciência com a face de Jano, pois considera que a ciência tem duas faces: uma que sabe, outra que ainda não sabe. A escolha da que não sabe é prudente, pois a que sabe pode já não ter espaço para aprender.

Espera ter-se atingido o objetivo proposto, qual seja apresentar uma breve discussão sobre o papel das teorias na ciência da administração sob a luz da abordagem qualitativa. A realidade é intrinsecamente incerta, bem como o contexto da ciência da administração e, assim sendo, palavras antes ignoradas na comunidade científica, como caos, complexidade, desordem e incerteza, atualmente fazem parte da epistemologia da ciência e cada vez mais, parece que os conceitos de estabilidade e de certeza são criações simplificadas (ou reducionistas) do ser humano.

Por fim, é imprescindível trazer para a discussão científica o sentido ético do conhecimento e demarcar a cientificidade considerando a intersubjetividade, a autoridade por mérito e a relevância social.

## Referências

- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais** – Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. São Paulo: Pioneira, 2001.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. 4ª ed. Brasília; Editora Universidade de Brasília, 2001.
- BACHELARD, G. **A Formação do Espírito Científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BATISTA, I. de L. O Ensino de Teorias Físicas mediante uma Estrutura Histórico-Filosófica. **Ciência & Educação**, v. 10, n. 3, 2004, p. 461-467.
- BECKER, H.S. **Tricks of the trade: How to think about your research while you're doing it**. Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade** – Tratado de Sociologia do Conhecimento. 24ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BLAU, P. M.; SCOTT, W. R. **Organizações Formais**. São Paulo: Atlas, 1970.
- BOAL, K.; HUNT, J. JAROS, S. Order is free: on the ontological status of organizations. In: WESTWOOD, R.; CLEGG, S. **Debating organization**, point-counterpoint in organizations studies. London: Blackweel Publishing, 2003.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto Codex, Portugal: Porto Editora, 1994



# III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

- BOURDIEU, P. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.C; PASSERON, J-C. **A Profissão de Sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CHALMERS, A. F. **O que é a ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 11ª Ed. São Paulo: Ática, 1999.
- COMTE, A. **Curso de Filosofia Positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).
- DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. e colaboradores. **O planejamento da pesquisa qualitativa – Teorias e abordagens**. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DESCARTES, R. **Discurso do Método**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).
- DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- ETZIONI, A. **Organizações Modernas**. São Paulo: Atlas, 1980.
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI: o Dicionário da Língua Portuguesa**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FEYERABEND, P. **Contra o Método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1971.
- FOUCAULT, M. **Les mots et les choses. Une archeology des sciences humaines**. Paris: Galimard, 1969.
- GALILEI, G. **O Ensaiador**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).
- GEERTZ, C. **Nova Luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GEWANDSZNAJDER, F. **O que é o Método Científico?** São Paulo: Pioneira, 1989.
- GLASER, B.G.; STRAUSS, A.L. **The Discovery of Grounded Theory**. Chicago: Aldine Publishing Company, 1975.
- GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações – uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas em Sociologia**. 8ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- HENDRIKSEN, E.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- HOCHMAN, A. A Ciência entre a Comunidade e o Mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, V. (Org.). **Filosofia, História e Sociologia das Ciências I: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.
- HOMANS, G. C. Behaviorismo e Pós-Behaviorismo. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 9ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- LALANDE, A. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP, 2000.
- LÉVI-STRAUSS, C. **The savage mind**. 2<sup>nd</sup> ed.). Chicago: University of Chicago Press, 1966.



# III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

- MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education.** San Francisco: Jossey-Bass, 1998.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento – Pesquisa qualitativa em saúde.** 10<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Hucitec, 2007.
- MORGAN, G.; SMIRCICH, L. The case for qualitative research. **Academy of Management Review.** v. 5, n. 4, p. 491-500, 1980.
- MORIN, E. **Ciência com Consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- MORIN, E. O que não é burocracia. In: MORIN, E. et al. **A Burocracia.** Lisboa: Socicultur, 1962.
- NAGEL, E. Ciências nomotéticas e ciências idiográficas. In: SILVA, M. B. N. (Org.). **Teoria da história.** São Paulo: Cultrix, 1976.
- PASDERMADJIAN, H. **La segunda revolucion industrial.** Madri: Editorial Tecnos, 1960.
- PATTON, M. Q. **Qualitative research and evaluation methods.** 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2002.
- PERROW, C. **Análise Organizacional: um enfoque sociológico.** São Paulo: Atlas, 1981.
- POPPER, K. R. **Lógica das Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1978.
- PRIGOGINE, I. **Do ser ao dever.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- REED, M. Teorização Organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. **Handbook de estudos organizacionais.** Volume 1. São Paulo: Atlas, 1999.
- SANTOS, B. de S. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática.** São Paulo: Cortez, 2000.
- SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** 4<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SIMON, M. C. Galileu Galilei. In: HÜHNE, L. M. (Org.). **Metodologia Científica – Caderno de Textos e Técnicas.** 4<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Agir, 1990.
- SOLIS, S. S. F. O Método Experimental-Dedutivo e a Revolução Galileu-Cartesiana. In: HÜHNE, L. M. (Org.). **Metodologia Científica – Caderno de Textos e Técnicas.** 4<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Agir, 1990.
- SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** 4<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- STARKE JR, P.C.; FREITAG, V. da C.; CROZATTI, J.. A função social da pesquisa em contabilidade. **Anais do II Seminário de Ciências Contábeis,** Blumenau-SC, 22 a 24 de agosto de 2006.
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa – Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada.** 2<sup>a</sup> Ed. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2008.
- SUTTON, R. I.; STAW, B. M. O que não é teoria. **Revista de Administração de Empresas – RAE,** vol. 43, n. 3, jul.-set. 2003.
- THOMPSON, V. A. **Moderna Organização.** Rio de Janeiro: USAID; Livraria Freitas Bastos S.A., 1967.
- VICO, G. **Princípios de uma nova Ciência.** São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).
- WHETTEN, D.A. O que constitui uma contribuição teórica? **Revista de Administração de Empresas,** v. 43, n. 3, p. 69-73, 2003.





# III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)